

2016, na sequência do procedimento concursal, cujo aviso de abertura foi publicado na 2.ª série do D. R. n.º 242, de 11 de dezembro de 2015, e retificação publicada na 2.ª série do D. R. n.º 22, de 2 de fevereiro de 2016 (posto de trabalho DSUAZV-32), e no recurso à reserva de recrutamento do mesmo.

27 de dezembro de 2016. — O Presidente da Câmara, *Francisco Silvestre de Oliveira*.

310145463

Editais n.º 48/2017**Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação**

Francisco Silvestre de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Coruche, faz público que a Câmara Municipal, na sua reunião de 7 de setembro de 2016 deliberou, nos termos do disposto artigo n.º 101 do Decreto-Lei n.º 4/2015, submeter a discussão pública o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.

A discussão pública iniciar-se-á com a publicação deste edital no “*Diário da República*” prolongar-se-á pelo prazo de 30 dias.

O Regulamento está para consulta no *site* oficial da Câmara Municipal em <http://www.cm-coruche.pt> e nos lugares do costume.

24 de novembro de 2016. — O Presidente da Câmara, *Francisco Silvestre de Oliveira*.

310148606

Editais n.º 49/2017**Projeto de Regulamento de Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos**

Francisco Silvestre de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Coruche, faz público que a Câmara Municipal, na sua reunião de 31 de outubro de 2016 deliberou, nos termos do disposto artigo n.º 101 do Dec. Lei n.º 4/2015, submeter a discussão pública o Projeto de Regulamento de Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos.

A discussão pública iniciar-se-á com a publicação deste edital no *Diário da República* prolongar-se-á pelo prazo de 30 dias.

O Regulamento está para consulta no *site* oficial da Câmara Municipal em <http://www.cm-coruche.pt> e nos lugares do costume.

24 de novembro de 2016. — O Presidente da Câmara, *Francisco Silvestre de Oliveira*.

310148566

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**Editais n.º 50/2017****Alteração à tabela de taxas e licenças não urbanísticas**

Jorge Manuel Alves de Faria, Presidente da Câmara Municipal do Entrancamento:

Faz saber que, por deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 31/10/2016 e sessão da Assembleia Municipal efetuada em 30/11/2016, foi aprovada em definitivo a Alteração à Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas.

A alteração à Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas entra em vigor após a sua publicação nos termos legais.

Para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

O presente edital encontra-se igualmente disponível na página oficial do Município em www.cm-entroncamento.pt

E eu, Gilberto Pereira Martinho, Chefe de Divisão de Administração Geral, o subscrevi.

2 de janeiro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Jorge Manuel Alves de Faria*.

1 — Enquadramento

No âmbito das suas competências de administração do domínio público em geral e da promoção e desenvolvimento de ações relacionadas com a atividade económica em particular, conforme estabelecido no Regime Jurídico das Autarquias Locais, entendeu o município colocar em determinados locais do concelho, placas direcionais com o objetivo de disponibilizar aos diversos agentes económicos com estabelecimento no Entrancamento um modo fácil e claro de indicar a localização dos seus estabelecimentos.

No que respeita à localização da atividade económica no concelho, relevam dois tipos de empresas/estabelecimentos bem definidos:

Os que se situam na cidade (malha urbana);

Os que se situam na Zona Industrial (periferia).

No que se refere aos primeiros, as placas direcionais serão afixadas numa estrutura a colocar nos cruzamentos e entroncamentos, de modo a facilitar a orientação relativamente ao estabelecimento pretendido.

Estas placas poderão conter o sinal de direção, o logótipo, o nome ou denominação social, o tipo de estabelecimento ou empresa e a cor identificativa.

No que respeita aos segundos, à entrada da Zona Industrial será colocado um painel com o objetivo de no mesmo serem afixadas placas nominativas individuais.

Nestas placas será inscrito o nome ou denominação social, conforme seja empresário em nome individual ou empresa.

Ainda na Zona Industrial e devidamente localizadas tendo em conta o objetivo a atingir, existirão placas direcionais com características semelhantes às que serão colocadas na cidade, nas quais podem ser inscritos os elementos referidos para as mesmas.

A Zona Industrial será dividida em quadrantes aos quais corresponderá uma cor, com vista a facilitar a identificação da localização da empresa ou estabelecimento.

Quanto à colocação das placas nas estruturas referidas, a responsabilidade é do município.

Contudo, a execução pode ser assumida pela empresa ou então poderá ser o município a mandar executar.

No que respeita aos encargos com a colocação das placas direcionais, existem as seguintes taxas:

Uma taxa fixa, pela primeira colocação, com execução pelo município;

Uma taxa fixa, pela primeira colocação, com execução pelo requerente;

Uma taxa anual (ou mensal) pela afixação de publicidade na placa, que poderá ser renovada nas condições estabelecidas no Regulamento da Tabela de Taxas Não Urbanísticas.

A proposta agora apresentada, conduz-nos à necessidade de alterar a tabela de taxas de forma a serem introduzidas as taxas referidas, em cumprimento da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, na sua atual redação.

Assim, propõe-se a introdução do artigo 14.º na secção II — Publicidade — do Capítulo II — Atividades Económicas:

CAP. II — Atividades económicas:

Secção II — Publicidade:

Artigo 14.º — Placas direcionais em estruturas municipais

1 — Placas em sinais de direção:

1.1 — Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo município.

1.2 — Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo requerente.

1.3 — Placas em sinais de direção — taxa por placa e por ano.

1.4 — Placas em sinais de direção — taxa por placa e por mês ou fração.

2 — Sinalética para indicações comerciais:

2.1 — Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo município.

2.2 — Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo requerente.

2.3 — Placas direcionais — taxa por placa e por ano.

2.4 — Placas direcionais — taxa por placa e por mês ou fração.

3 — Zona Industrial — Painel e placas:

3.1 — Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo município.

3.2 — Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo requerente.

3.3 — Placas direcionais — taxa por placa e por ano.

3.4 — Placas direcionais — taxa por placa e por mês ou fração.

2 — Método de Fundamentação das Taxas

De acordo com o princípio da equivalência jurídica — artigo 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais — RGTA) na sua atual redação — o valor das taxas das autarquias locais é fixado tendo em conta o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular.

No número dois do mesmo artigo admite-se que as taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, podem ser fixadas com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações.

Descrição	Taxas e licenças	Fiscalização	0,183086	0,18698	0,015034	0,012215	0,023448	0,0121	Custo da estrutura	Total custos diretos	0,097405	A — Total custos diretos + + custos indiretos	
			Taxas e licenças	Fiscalização	Taxas e licenças	Fiscalização	Taxas e licenças	Fiscalização			Taxas e licenças		Fiscalização
			Modireta		Amortizações		FSE						
	Tempo em minutos	Custos diretos em euros									Custos indiretos em euros		
2.	Sinalética para indicações comerciais:												
2.1	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo município	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	45,00
2.2	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo requerente. . . .	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	15,00	0,00	15,00
2.3	Placas direcionais — taxa por placa e por ano	15	30	2,75	5,61	0,23	0,37	0,35	0,36	0,00	9,66	1,46	11,12
2.4	Placas direcionais — taxa por placa e por mês ou fração . . .												0,93
3.	Zona Industrial — Paineis e placas:												
3.1	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo município	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	80,00
3.2	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo requerente. . . .	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	45,00
3.3	Placas direcionais — taxa por placa e por ano	15	30	2,75	5,61	0,04	0,03	0,06	0,03	0,00	8,52	1,46	9,98
3.4	Placas direcionais — taxa por placa e por mês ou fração . . .												0,83

Taxas propostas

Descrição		Taxa em vigor	A — Total custos diretos + custos indiretos	B — Coeficiente benefício	C — Coeficiente incentivo/ Desincentivo	D = A × B × C	Taxa proposta €
CAP. II	Atividades económicas						
SECÇÃO II	Publicidade						
Artigo 14.º	Placas direcionais em estruturas municipais						
1.	Placas em sinais de direção:						
1.1	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo município	0,00	45,00	1,00	1,00	45,00	45,00
1.2	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo requerente.	0,00	15,00	1,00	1,00	15,00	15,00
1.3	Placas em sinais de direção — taxa por placa e por ano	0,00	11,12	1,08	1,00	12,00	12,00
1.4	Placas em sinais de direção — taxa por placa e por mês ou fração.	0,00	0,93	1,08	1,00	1,00	1,00
2.	Sinalética para indicações comerciais:						
2.1	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo município	0,00	45,00	1,00	1,00	45,00	45,00
2.2	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo requerente.	0,00	15,00	1,00	1,00	15,00	15,00
2.3	Placas direcionais — taxa por placa e por ano	0,00	11,12	1,08	1,00	12,00	12,00
2.4	Placas direcionais — taxa por placa e por mês ou fração	0,00	0,93	1,08	1,00	1,00	1,00
3.	Zona Industrial — Paineis e placas:						
3.1	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo município	0,00	80,00	1,00	1,00	80,00	80,00
3.2	Taxa fixa pela 1.ª afixação — execução pelo requerente.	0,00	45,00	1,00	1,00	45,00	45,00
3.3	Placas direcionais — taxa por placa e por ano	0,00	9,98	1,20	1,00	12,00	12,00
3.4	Placas direcionais — taxa por placa e por mês ou fração	0,00	0,83	1,20	1,00	1,00	1,00

As taxas agora propostas, têm como objetivo tratar equitativamente todos os agentes económicos interessados em publicitar a localização do seu estabelecimento/empresa, cobrando-se um valor que se destina unicamente à cobertura dos encargos com a aquisição da placa (quando for o caso) e da estrutura, e bem assim dos gastos administrativos que o município incorre com o processo.

3 — Proposta de retificação

Detetou-se uma incorreção no descritivo do artigo 10.º da subsecção II da Secção I do Capítulo II, pelo que se propõe substituir a atual descrição “*Por metro quadrado ou fração e por mês ou fração*” por “*Por cada um e por mês ou fração*”.

310158537

MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Declaração de Retificação n.º 57/2017

O aviso n.º 37/2017, inserto no *Diário da República*, 2.ª série n.º 1, de 2 de janeiro de 2016, foi publicado com algumas inexatidões pelo que se procede às suas retificações.

Assim, no ponto 22 do aviso onde se lê «... local visível e público da Câmara Municipal de Barcelos e disponibilizada na sua página eletrónica www.cm-barcelos.pt.» deve ler-se «... local visível e público da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta e disponibilizada na sua página eletrónica www.cm-freixoespadacinta.pt ...» e no ponto 16.1 onde se lê «... Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20/06), na sua redação atualizada (LTFP); Código de Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12/02), na sua redação atualizada; Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12/09), na sua redação atualizada; Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 (LOE 2016); Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01), na sua redação atualizada; Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (Lei n.º 66-B/2007, de 28/12), na sua redação atualizada (SIADAP); Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01), na sua redação atualizada; Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12), na sua redação atualizada; Portaria n.º 701-H/2008, de 29/07; Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08.» deve ler-se «... Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20/06), na sua redação atualizada (LTFP); Código de Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12/02), na sua redação atualizada; Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12/09), na sua redação atualizada; Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01), na sua redação atualizada; Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública (Lei n.º 66-B/2007, de 28/12), na sua redação atualizada (SIADAP).»

3 de janeiro de 2017. — A Presidente da Câmara Municipal, *Maria do Céu Quintas*.

310178699

MUNICÍPIO DA GUARDA

Aviso n.º 915/2017

Licença sem Vencimento

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 5 de dezembro de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi concedida licença sem vencimento ao trabalhador Francisco José Nunes Antunes, Assistente Operacional, pelo período de 11 meses e 29 dias, com efeitos a 1 de março de 2017.

10 de janeiro de 2017. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Alberto Chaves Monteiro*.

310186855

Aviso (extrato) n.º 916/2017

Licença sem Vencimento

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 6 de dezembro de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi concedida licença sem vencimento ao trabalhador Hugo Mi-

guel Osório Mantas, Assistente Operacional, pelo período de 11 meses e 29 dias, com efeitos a 9 de fevereiro de 2017.

10 de janeiro de 2017. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Alberto Chaves Monteiro*.

310176568

Declaração de Retificação n.º 58/2017

Para os legais e devidos efeitos, declara-se que o Aviso n.º 722/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de janeiro de 2017, saiu com a seguinte inexatidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«1 — José Lucas Rodrigues Pereira, Carlos Manuel Antunes, Clara Maria Salvado Primo, Inês Alexandra das Neves Monteiro, Joana Isabel Carvalho Coelho da Silva, Luís Filipe Fernandes Martins, Ricardo Jorge Amaral Fernandes, Ricardo Jorge Marques dos Santos Fonseca, Sérgio Emanuel Queiroz Capelo Currais e Tiago Miguel Martins Rodrigues.»

Deve ler-se:

«1 — Para os trabalhadores (Técnicos Superiores): Ana Maria Pinto Gomes, António José Lucas Rodrigues Pereira, Carlos Manuel Antunes, Clara Maria Salvado Primo, Inês Alexandra das Neves Monteiro, Joana Isabel Carvalho Coelho da Silva, Luís Filipe Fernandes Martins, Ricardo Jorge Amaral Fernandes, Ricardo Jorge Marques dos Santos Fonseca, Sérgio Emanuel Queiroz Capelo Currais e Tiago Miguel Martins Rodrigues.»

17 de janeiro de 2017. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Alberto Chaves Monteiro*.

310189277

MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Aviso n.º 917/2017

Para os devidos efeitos e nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterado pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que as listas unitárias de ordenação final dos procedimentos concursais para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, licenciatura adequada e um posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional (jardineiro), abertos por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 27 de junho de 2016 depois de homologadas por meus despachos de nove de janeiro de 2017, se encontram disponíveis em www.cm-guimaraes.pt e afixadas nos lugares de estilo deste município.

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do citado art.º 36.º, ficam notificados todos os candidatos do ato de homologação das listas de ordenação final.

10 de janeiro de 2017. — A Vereadora de Recursos Humanos, *Dr.ª Adelina Paula Pinto*.

310166248

MUNICÍPIO DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso n.º 918/2017

Aplicação do Regulamento do Cemitério Municipal de Lagoa ao Cemitério Municipal do Parchal

Francisco José Malveiro Martins, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve):

Faz público que, de harmonia com a deliberação de Câmara de 13 de agosto de 2016 e da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2016, será aplicado e utilizado a regulamentação presente no Regulamento do Cemitério Municipal de Lagoa, publicitado pelo Aviso n.º 970/2005 de 21 de Fevereiro — Apêndice n.º 24 — 2.ª série, n.º 36, do *Diário da República*, ao novo cemitério do Parchal, sito na União de Freguesias de Estômbar e Parchal.

9 de janeiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Malveiro Martins*.

310172988